

**ATA N.º 27/2017**

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DESASSETE. -----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal reuniu-se em reunião ordinária, a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Maria de Lurdes Santos Ganicho, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, Carlos Nuno Lacerda Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva e Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo. -----

-----**Deliberação Nº 247/2017: Documentos Previsionais para o Ano 2018:** Presente a informação n.º 3616/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com abstenção dos Vereadores do PS, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, ao abrigo da alínea c), nº 1 do artigo 33º da mesma Lei, os Documentos Previsionais para o ano 2018 – opções do plano e proposta de orçamento. Os Srs. Vereadores do PS protestaram apresentar declaração de voto por escrito e no prazo regimental de 24.00 horas, sendo que a mesma, enviada por e-mail no dia 19-12-2017, é do seguinte teor: “Relativamente aos “Documentos Previsionais para o ano de 2018” os vereadores do PS votaram pela abstenção. Esta tomada de posição tem por fundamento considerações relacionadas com o processo de elaboração da proposta e com a sua forma/conteúdo. Consideramos que este documento é de extrema importância para a boa governação do Município de Espinho e por esse motivo merece receber o contributo informado dos representantes eleitos dos cidadãos de Espinho. Pode-se considerar que formalmente o executivo cumpriu o que é legalmente exigido, mas num nível que consideramos ser o mínimo dos mínimos. Não foi apresentada uma versão provisória para análise por parte da oposição pelo que a mesma não teve hipótese de contribuir construtivamente para o documento posto à votação. Os documentos

Previsionais, segundo esclarecimento obtido seguem um formato que resulta de exigências de ordem burocrática. Consideramos que será possível cumprir esse desígnio, mas simultaneamente apresentar documentos mais fáceis de entender pelo cidadão médio. Este é um documento que expressa também o dever de informação e de transparência, nesse sentido consideramos ser possível e desejável fazer melhor. Observamos que muitas das tabelas apresentadas não são acompanhadas do explicativo necessário à sua plena compreensão, nomeadamente sobre a existência de meios de financiamento para a efetiva concretização dos planos de investimentos apresentados. A exemplo, a tabela sobre o plano plurianual de investimentos (páginas 16 a 23) deixa fundamentadas dúvidas sobre a existência de meios de financiamento – na rubrica Ordenamento do Território face a um investimento total de 8,9 milhões de euros não está definido o financiamento definido 4,8 milhões que na sua maior parte se refere à requalificação urbana.” -----

**-----Deliberação Nº 248/2017: Tabela de taxas para o ano 2018 e sua fundamentação económica/financeira:** Presente a informação n.º 3611/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Espinho as alterações constantes da Tabela de Taxas – Parte A – para o ano 2018, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado a alínea b) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. Mais deliberou a Câmara aprovar a não atualização com base na inflação das restantes taxas – Parte A e Parte B, conforme artigo 17.º do Regulamento Municipal das Taxas Municipais. Os Srs. Vereadores do PS protestaram apresentar declaração de voto por escrito e no prazo regimental de 24.00 horas, sendo que a mesma, enviada por e-mail no dia 19-12-2017, é do seguinte teor: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a tabela de taxas para 2018 por considerarem que as taxas praticadas pelo atual executivo são de uma forma geral muito acima do expetável, visando apenas a arrecadação de mais receita. Nos últimos anos, as taxas do município foram aumentadas acima da média da inflação nacional, o que implicou um enorme esforço para os Espinhenses. Este enorme aumento de taxas também diminui a atratividade de potenciais investidores, que escolheram outros concelhos. Consideramos que a tabela de taxas para 2018 deveria

traduzir uma diminuição de esforço económico para os Espinhenses e promover uma diminuição de taxas capaz de tornar o concelho de Espinho, mais atrativo e cada vez mais amigo do investimento. -----

**-----Deliberação Nº 249/2017: Aprovação da ata n.º 26/2017 de 4 de dezembro:**

Em virtude da ata n.º 26/2017 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 4 de dezembro ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado deliberado a sua aprovação por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação, não tendo votado, por esse motivo, a Vereadora Ana Paula Africano de Sousa e Silva. -----

**-----Deliberação Nº 250/2018: Tabela de preços para o ano 2018:** Presente a informação n.º 3610/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar as alterações constantes da Tabela de Preços para 2018 nos termos da alínea e) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Mais deliberou a Câmara aprovar a não atualização com base na inflação dos restantes preços. A tabela de preços entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. Os Srs. Vereadores do PS protestaram apresentar declaração de voto por escrito e no prazo regimental de 24.00 horas, sendo que a mesma, enviada por e-mail no dia 19-12-2017, é do seguinte teor: " "Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Espinho votaram contra a tabela de preços para 2018, por considerarem que muitos dos preços praticados são inacessíveis a uma percentagem significativa de famílias Espinhenses. Apesar da redução da taxa de desemprego, Espinho ainda se encontra muito acima da média nacional, o que naturalmente se encontra desajustado com as receitas médias das famílias. Os vereadores do Partido Socialista, também consideram que as Associações e Coletividades sem fins lucrativos deveriam estar isentas relativamente ao aluguer dos espaços públicos. Esta isenção, iria naturalmente potenciar e promover a utilização destes espaços muitos mais vezes pelas inúmeras coletividades de enorme relevância e qualidade cultural. Estes preços

demonstram falta de critério e evidenciam claramente uma reduzida consciência social e cultural do Concelho de Espinho.” -----

-----**Deliberação Nº 251/2017: Proposta de Tarifário dos Serviços de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos para o ano de 2018:** Presente a informação n.º 3650/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, aprovar a não atualização com base na inflação do tarifário para o ano 2018, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Os Srs. Vereadores do PS protestaram apresentar declaração de voto por escrito e no prazo regimental de 24.00 horas, sendo que a mesma, enviada por e-mail no dia 19-12-2017, é do seguinte teor: “Os vereadores do Partido socialista na Câmara Municipal de Espinho votaram CONTRA o ponto n.º 5 da ordem de trabalhos da reunião de Câmara de 18|12|2017, por considerarem que: i) apesar do reconhecimento manifestado por esta Câmara de que não existem condições para realizar um aumento do valor do custo de água a fornecer aos munícipes, devido à falta de condições e de qualidade da prestação deste bem fundamental à população, facto que leva à sua incapacidade de atualização dos preços de fornecimento e que ii) este reconhecimento está de acordo com a análise que o Partido Socialista tem vindo a fazer relativamente a este assunto. Contudo e uma vez que não está prevista qualquer ação devidamente expressa e factual da urgente e necessária melhoria das condições de fornecimento, bem como das condições de alteração de infraestruturas com vista a uma efetiva e real redução dos preços deste bem essencial para todos os cidadãos; vem, deste modo, votar contra este ponto, de modo a sublinhar a urgência de resolução deste problema, conhecido e devidamente identificado por todos os cidadãos de Espinho que necessitam de ter o preço deste bem e serviço, muito mais reduzido, invertendo o posicionamento da Câmara Municipal de Espinho como uma das Câmaras nos lugares cimeiros do valor de fornecimento da água mais cara, para uma Câmara atenta aos problemas sociais e às condições socioeconómicas da população e nessa medida criar condições para oferecer um valor de fornecimento de água à população bastante mais reduzido.” -----

**-----Deliberação Nº 252/2017: Celebração de "Protocolo de cooperação entre o Município de Espinho e Lancaster College para o ano letivo 2017/2018":** Presente a informação n.º 3601/2017 da Divisão de Educação e Juventude, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima referida e a proposta de minuta de protocolo em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta e celebrar com a sociedade comercial English Now-Escola de línguas Lda. (Lancaster College) - ao abrigo da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais - RJAL; aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) - o referido "Protocolo de cooperação entre o Município de Espinho e Lancaster College para o ano letivo 2017/2018", de acordo com os considerandos e termos nele fixados. -----

**-----Deliberação Nº 253/2017: Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a empresa "Reservabus, Transportes Unipessoal. Lda" para efeitos de colaboração nas iniciativas de Natal "Espinho Cidade Encantada:** Presente a informação n.º 3651/2017 da Divisão de Apoio às Coletividades e Eventos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima referida e a proposta de minuta de protocolo em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta e celebrar - ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - com a Empresa Reservabus, Transportes Unipessoal. Lda. Lda o «Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a empresa Reservabus, Transportes Unipessoal, Lda" para utilização a utilização do comboio elétrico durante a época natalícia». -----

**-----Deliberação Nº 254/2017: Aprovação da celebração do Acordo entre Parceiros para o Desenvolvimento do projeto - Rota para a Inovação e Inclusão (Rii); Ratificação do ato praticado pelo Presidente da Câmara ao abrigo do artigo 35.º/3 da Lei n.º 75/2013:** Presente a informação n.º 3608/2017 da Divisão de Gestão

Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; na sua redação em vigor), ratificar os atos de aprovação e de celebração pelo Presidente da Câmara, respetivamente em 20 de fevereiro de 2017, do Acordo entre Parceiros para o Desenvolvimento do Projeto – Rota para a Inovação e Inclusão, exigido para efeitos da submissão da candidatura – Rota para a Inovação e Inclusão (Rii), em resposta ao aviso NORTE – 34-2016-25, no âmbito das Abordagens para a Inclusão ativa do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020), tendo esse acordo sido celebrado ao abrigo da competência do órgão executivo previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma legal.-----

**-----Deliberação Nº 255/2017: Requerimento de Maria Manuela Gomes Martins de 20/11/2017; Adjudicação da atribuição a título precário da exploração económica do espaço destinado a cafetaria sito no edifício da Biblioteca Municipal José Marmelo e Silva pelo quadriénio de 2018-2021:** Presente a informação n.º 3649/2017 da Divisão de Cultura e Museologia, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara Municipal, tendo presente a pretensão da requerente e a proposta da Divisão de Cultura e Museologia, deliberou, por unanimidade, realizar a adjudicação definitiva a Maria Manuela Gomes Martins da atribuição a título precário da exploração económica do espaço destinado a cafetaria sito no edifício da Biblioteca Municipal José Marmelo e Silva, pelo período de 1 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021, pelo valor mensal de 358,00€ (acrescido de IVA à taxa de 23%), e sujeita às condições de exploração atualmente em vigor (fixadas pela Câmara em sua reunião de 21 de fevereiro de 2014, e constantes do contrato celebrado em 20 de março de 2014), devendo esta atribuição ser titulada através de contrato a celebrar neste Município. Mais tendo deliberado que, para tal, seja exigida à adjudicatária a manutenção da caução que se encontra prestada a favor do Município no montante de 1.232,00€. -----

**-----Deliberação Nº 256/2017: Pedido de parecer prévio vinculativo sobre a celebração de contrato de aquisição de serviços na modalidade de avença para**



**“Inscrição, formalização e registo dos bens imóveis do Município de Espinho”:**

Presente a informação n.º 3667/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo).

Votação: A Câmara tomou conhecimento e, tendo presente a informação dos serviços, deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro (alterado sucessivamente pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro; e regulamentado pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio), no artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e nos nºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (devidamente conjugados com o fixado no n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, na redação em vigor), e uma vez que se encontram demonstrados os requisitos legais exigíveis para o efeito, emitir parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços para “Inscrição, formalização e registo dos bens imóveis do Município de Espinho”, na modalidade de avença, por ajuste direto à Advogada Dr.ª Maria Manuela Marques Couto, com a inscrição ativa na ordem de advogados e cédula profissional 6233P, contribuinte n.º 194 018 180, pelo valor base de 42.019,92€ (quarenta e dois mil e dezanove euros e noventa e dois centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 1095 dias (36 meses). Os Srs. Vereadores do PS protestaram apresentar declaração de voto por escrito e no prazo regimental de 24.00 horas, sendo que a mesma, enviada por e-mail no dia 19-12-2017, é do seguinte teor: “Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Espinho votaram contra a Aquisição de serviços para “Inscrição, formalização e registo dos bens imóveis do Município de Espinho, porque consideram que os ajustes diretos, não constituem uma boa prática de gestão. Entendemos que a contratação pública, vinca bem a natureza excecional dos ajustes diretos. Estes procedimentos de carácter excecional e urgente são pouco competitivos e transparentes. As entidades públicas adjudicantes devem privilegiar, sempre que possível, a consulta ao mercado, fomentando, assim, a transparência e tirando vantagem dos mercados concorrenciais.” -----

-----**Deliberação Nº 257/2017: Piscina Municipal - acerto mensalidades:** Presente a informação n.º 3670/2017 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá

aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata. Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a redução da mensalidade de Dezembro de 2017 em 50%, a todos os alunos que efetuarem o pagamento da mensalidade ainda durante o mês de Dezembro. De igual forma, aos alunos que eventualmente já tenham pago na íntegra o valor de Dezembro, a redução, 50%, seja refletida na mensalidade de Janeiro 2018, conforme proposta do Chefe da Divisão de Desporto. -----

-----**Resumo diário da tesouraria:** Presente o resumo diário da tesouraria do dia 11 de dezembro de 2017 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2016 no valor de quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos): dois milhões e cem mil cento e cinquenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: um milhão quatrocentos e noventa e sete mil trezentos e oitenta e três euros e vinte cêntimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 11 de dezembro do corrente ano, foram cabimentadas despesas no valor de trinta milhões seiscentos e trinta e um mil quinhentos e sete euros e sessenta e seis cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos, até ao mesmo dia, no valor de vinte e dois milhões duzentos e noventa e seis mil quinhentos e setenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos. -----

-----**Listagem de aquisição de serviços para cumprimento do n.º4 do art.º 49.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o OE 2017:** A Câmara tomou conhecimento de todos os contratos de aquisição de serviços de 29 de novembro a 12 de dezembro de 2017 e fundos de maneio referentes a serviços adquiridos durante o mês de novembro de 2017, nos termos dos nºs 4 e 12 do artigo 49º, da Lei 42/2016 de 28 de Dezembro. -----

-----**Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



-----E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu.

O Presidente da Câmara Municipal \_\_\_\_\_

A Coordenadora Técnica, \_\_\_\_\_